



Departamento Nacional de Produção Mineral



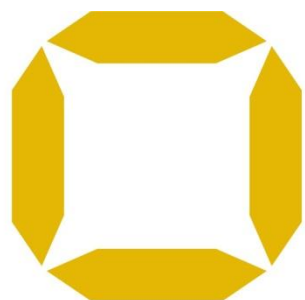
**COMIN – Comitê da Cadeia Produtiva da Mineração - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
– FIESP**

O DNPM e o Incremento da Indústria de Produção Mineral no Brasil: Ações Planejadas e em Execução

Victor Hugo Froner Bicca

Diretor-Geral do DNPM

São Paulo, 26 de agosto de 2016



DNPM

Departamento Nacional de Produção Mineral

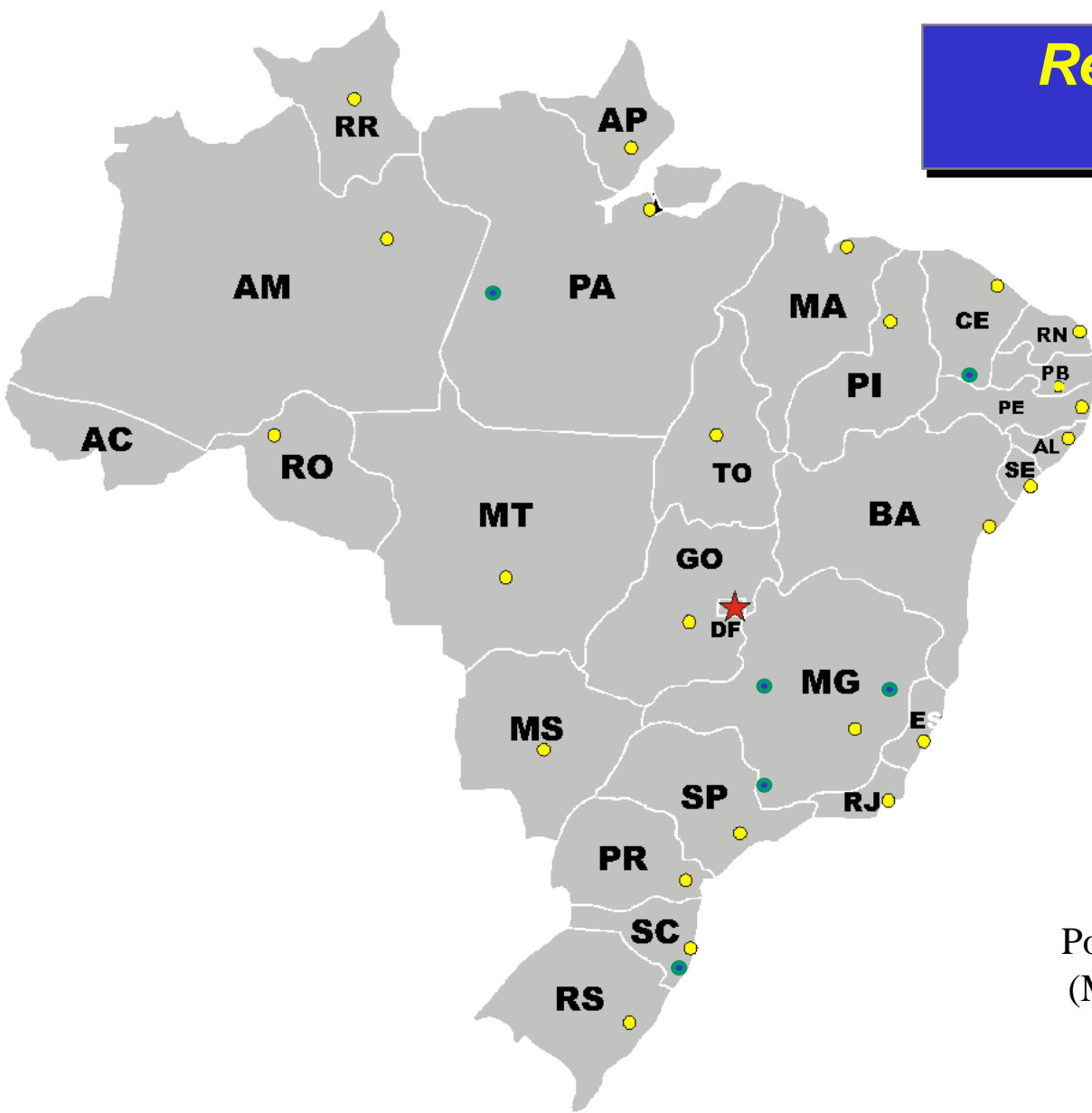
MISSÃO

**Gerir o patrimônio mineral brasileiro de forma sustentável
utilizando instrumentos de regulação em benefício da
sociedade**

Valores

- ÉTICA
- CONTINUIDADE ADMINISTRATIVA
- IMPARCIALIDADE
- CRIATIVIDADE
- INICIATIVA
- CONHECIMENTO COMO BASE PARA A DECISÃO
- LEALDADE À FUNÇÃO DE ESTADO QUE EXERCE
- EFICÁCIA E EFICIÊNCIA
- EXCELÊNCIA NAQUILO QUE FAZ
- TRANSPARÊNCIA
- RESPONSABILIDADE SOCIAL
- COMPROMISSO SOCIAL
- CREDIBILIDADE
- VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

Representações do DNPM



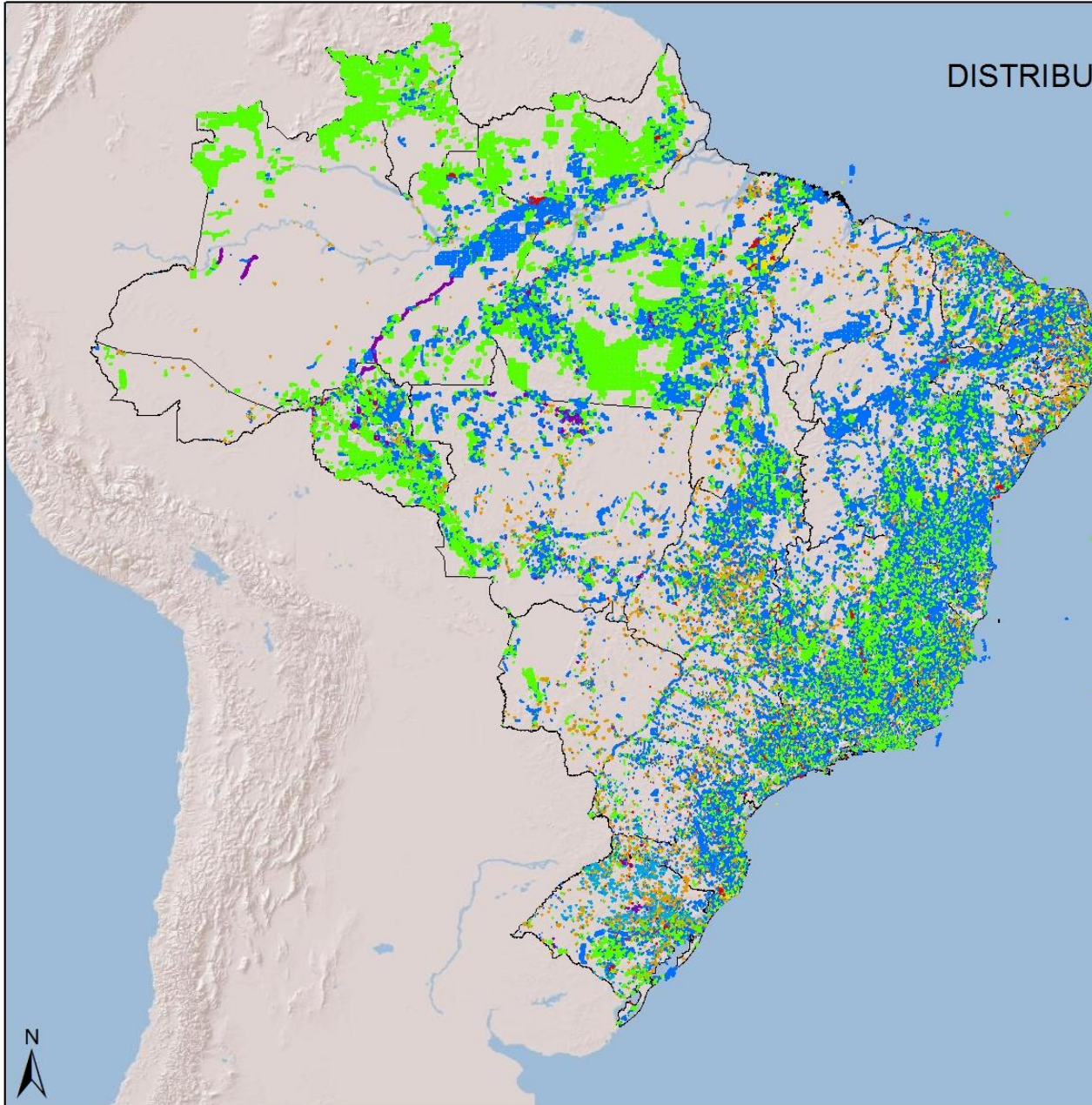
★ Edifício sede (BSB)

○ 25 Superintendências

● 6 Escritórios:








Poços de Caldas(MG); Gov. Valadares (MG); Patos de Minas (MG); Itaituba (PA); Criciúma (SC) e Crato (CE).

DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS ONERADAS PELO DNPM



Legenda

Processos DNPM

	REQUERIMENTO DE PESQUISA - 28.833
	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA - 78.042
	REQUERIMENTO DE LAVRA - 14.954
	CONCESSÃO DE LAVRA - 10.000
	LICENCIAMENTO - 14.599
	LAVRA GARIMPEIRA - 1.901
	REGISTRO DE EXTRAÇÃO - 1.500

Fontes: DNPM - 31/07/2016
World Shaded Relief (ESRI)
Datum: SIRGAS 2000
Coordenação de Geoprocessamento

Estatísticas de Processos Minerários

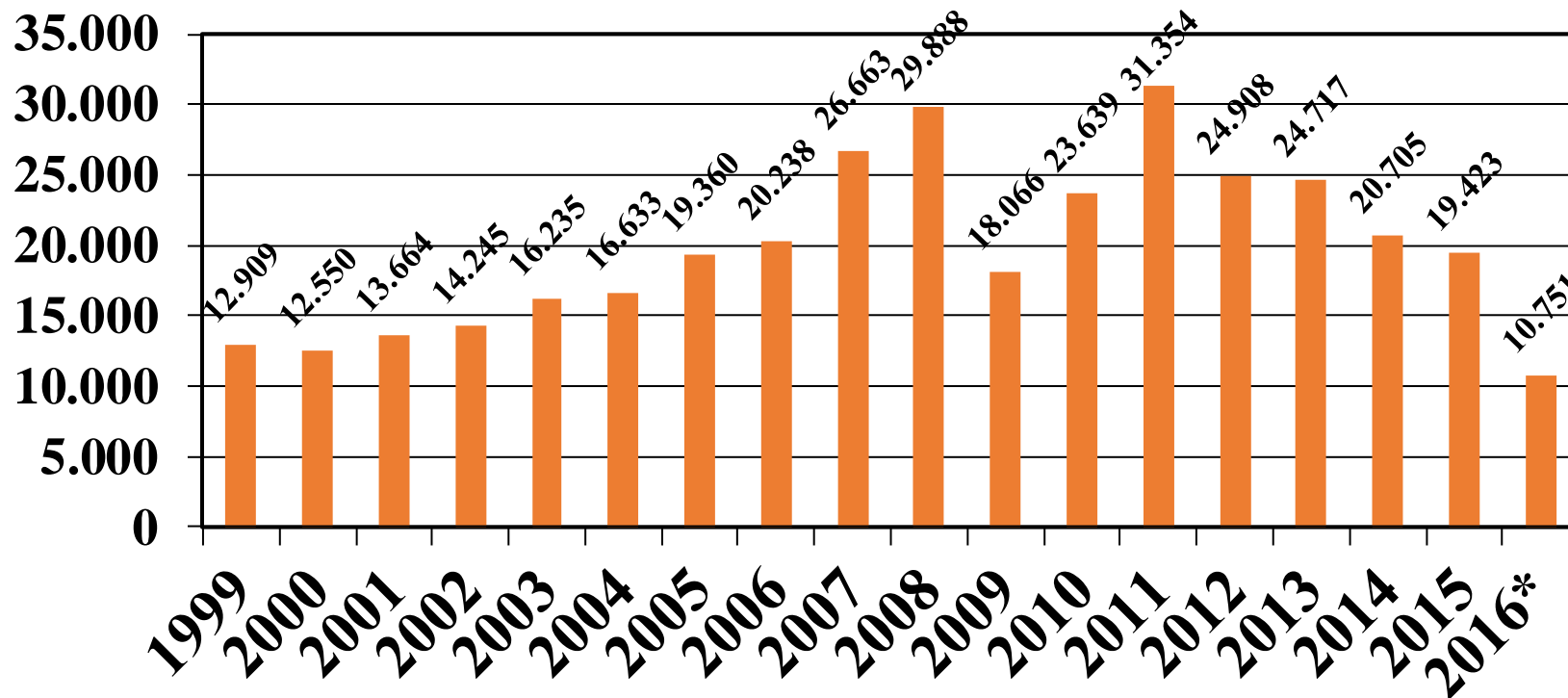
2007 a 2016*
(*Até 31 de julho)

Títulos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016*
Requerimentos de Pesquisa	23.561	26.875	16.037	19.855	26.695	20.463	19.106	15.512	14.455	8.312
Autorizações de Pesquisa	13.901	18.269	15.123	18.299	19.583	8.860	13.562	12.215	17.525	7.863
Relatórios de Pesquisa Aprovados	1.428	1.099	1.493	1.349	1.609	1.522	1.613	1.477	1.732	930
Concessões de Lavra	324	268	404	204	195	331	177	261	491	231
Registros de Licença	1.496	1.220	1.132	1.548	1.588	1.645	1.767	1.802	1.802	928
Permissões de Lavra Garimpeira	46	106	122	368	258	316	212	162	175	51
Registros de Extração	134	146	202	185	185	136	131	195	226	122

Novos Requerimentos

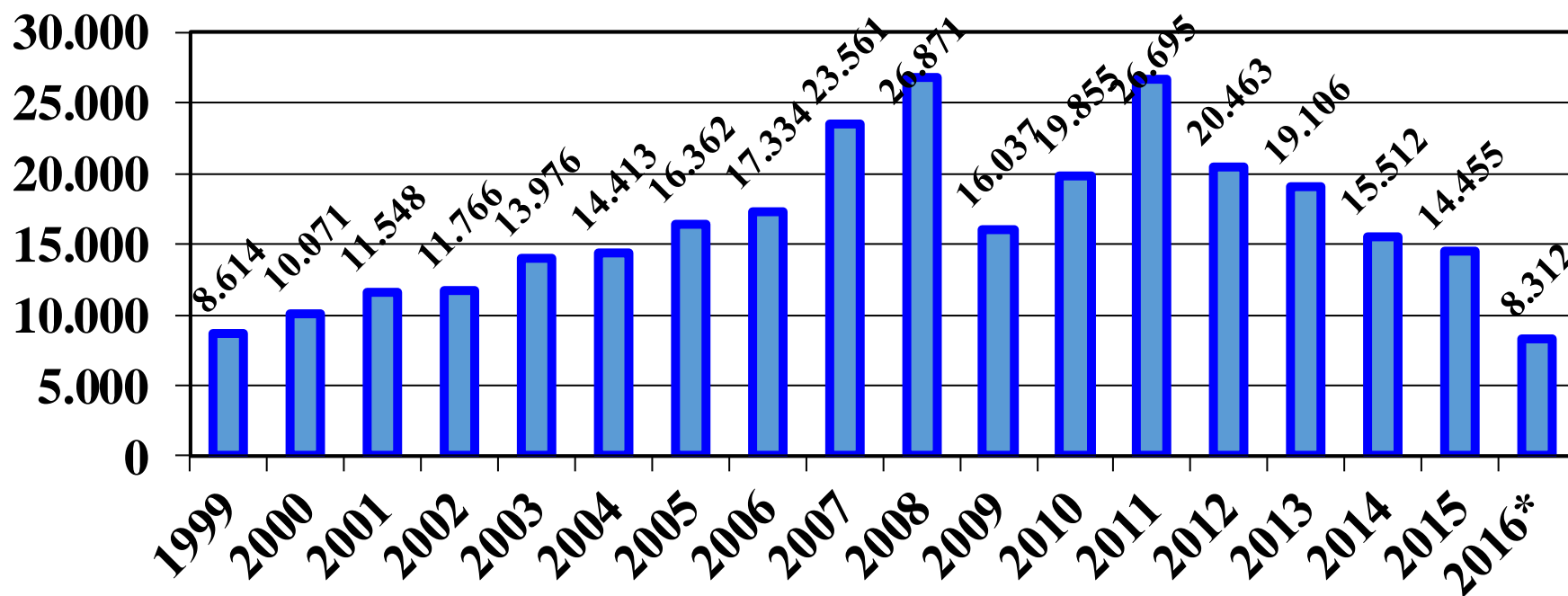
(Autorização de Pesquisa, Licenciamento, Permissão de Lavra Garimpeira e Registro de Extração)

(*Até 31 de julho)



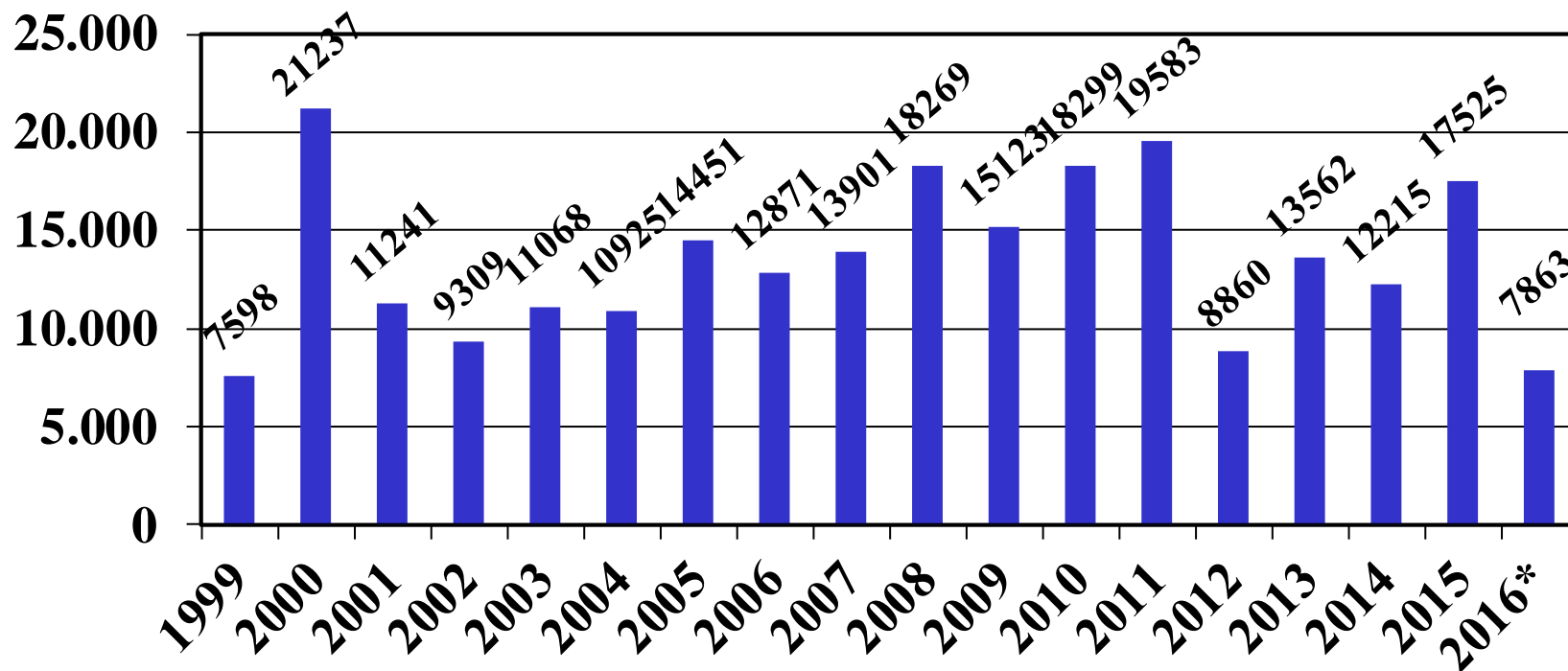
Requerimentos de Pesquisa

(*Até 31 de julho)



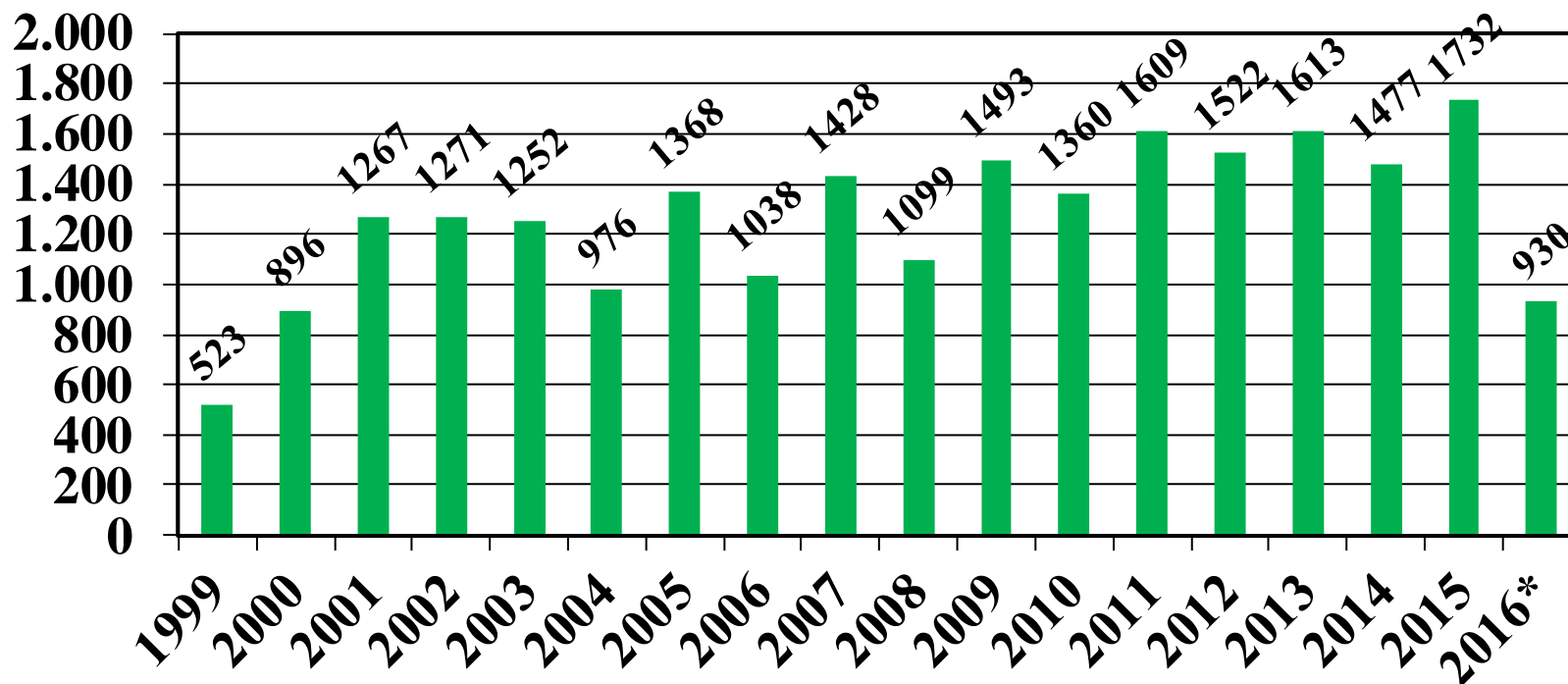
Alvarás de Pesquisa

(*Até 31 de julho)



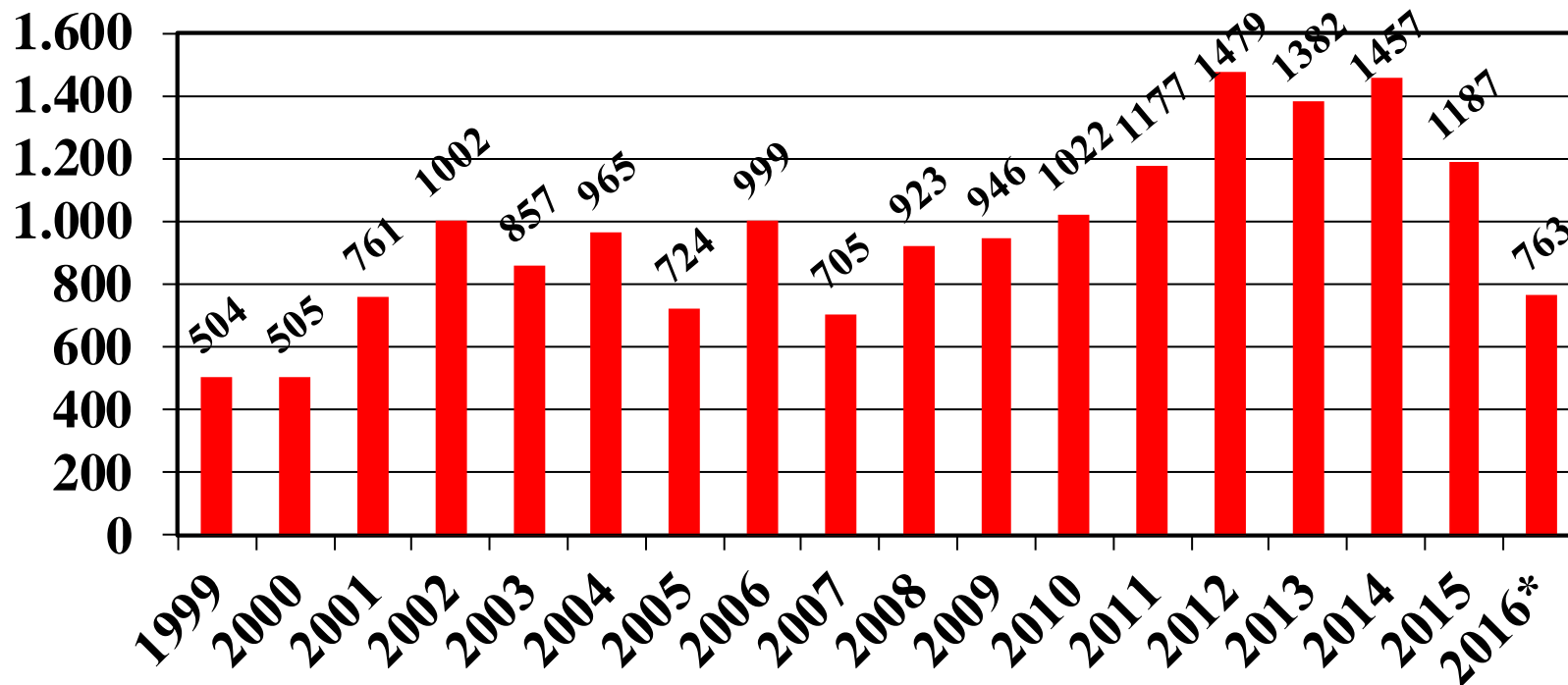
Relatórios de Pesquisa Aprovados

(*Até 31 de julho)



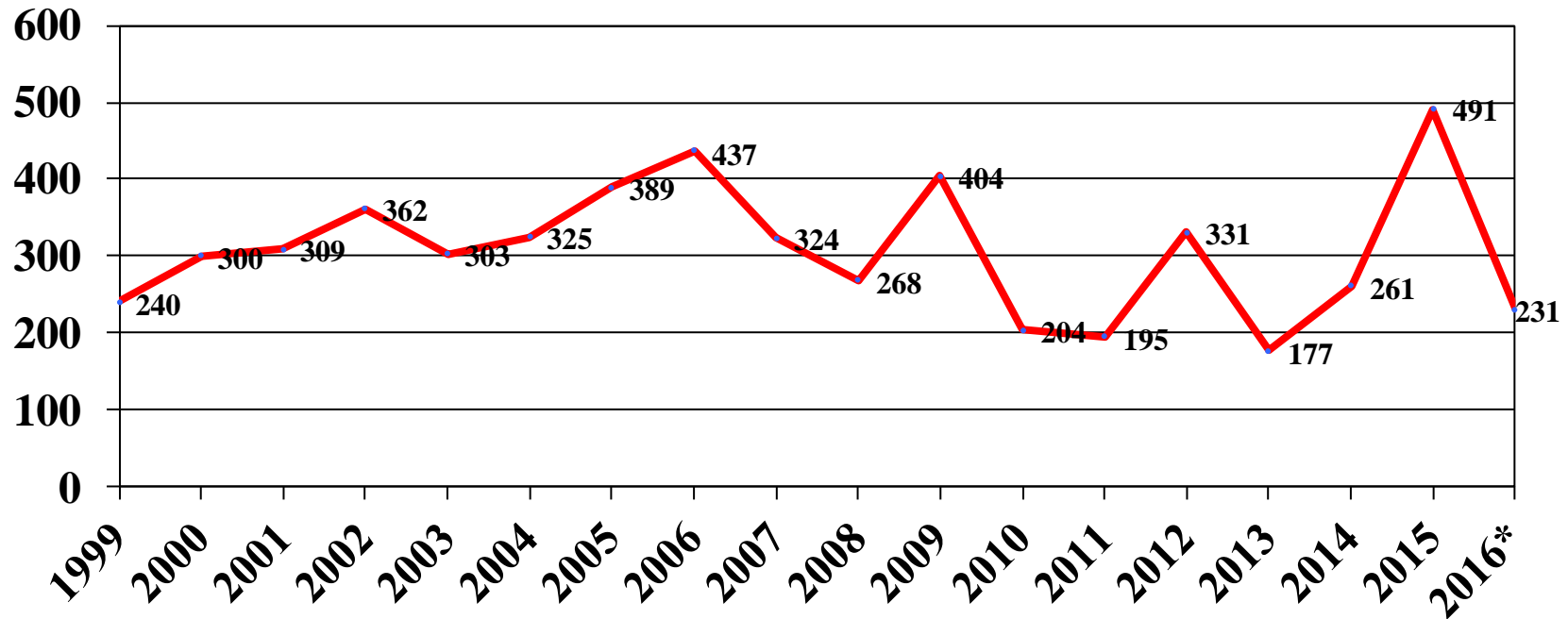
Requerimentos de Lavra

(*Até 31 de julho)

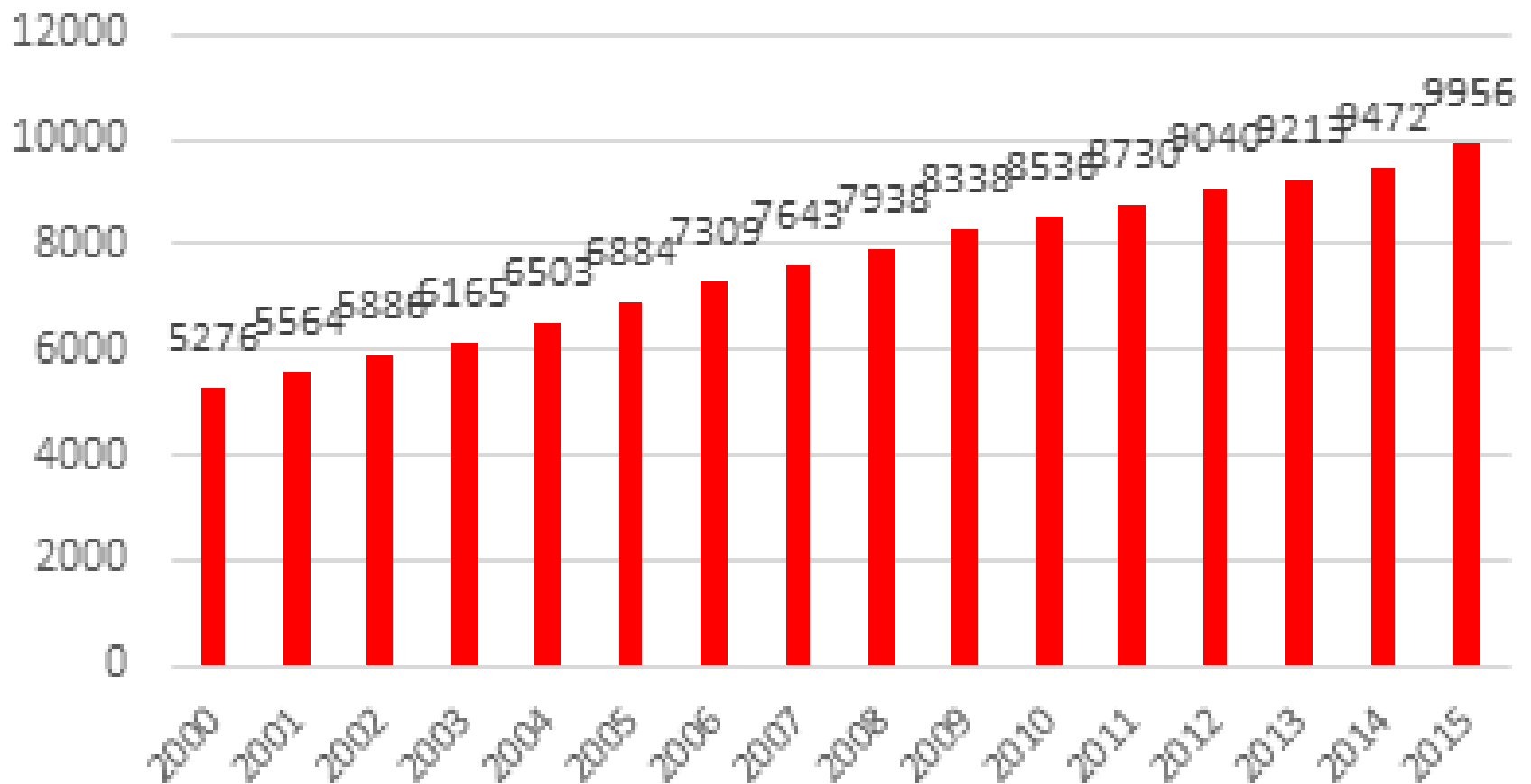


Concessões de Lavra Outorgadas

(*Até 31 de julho)

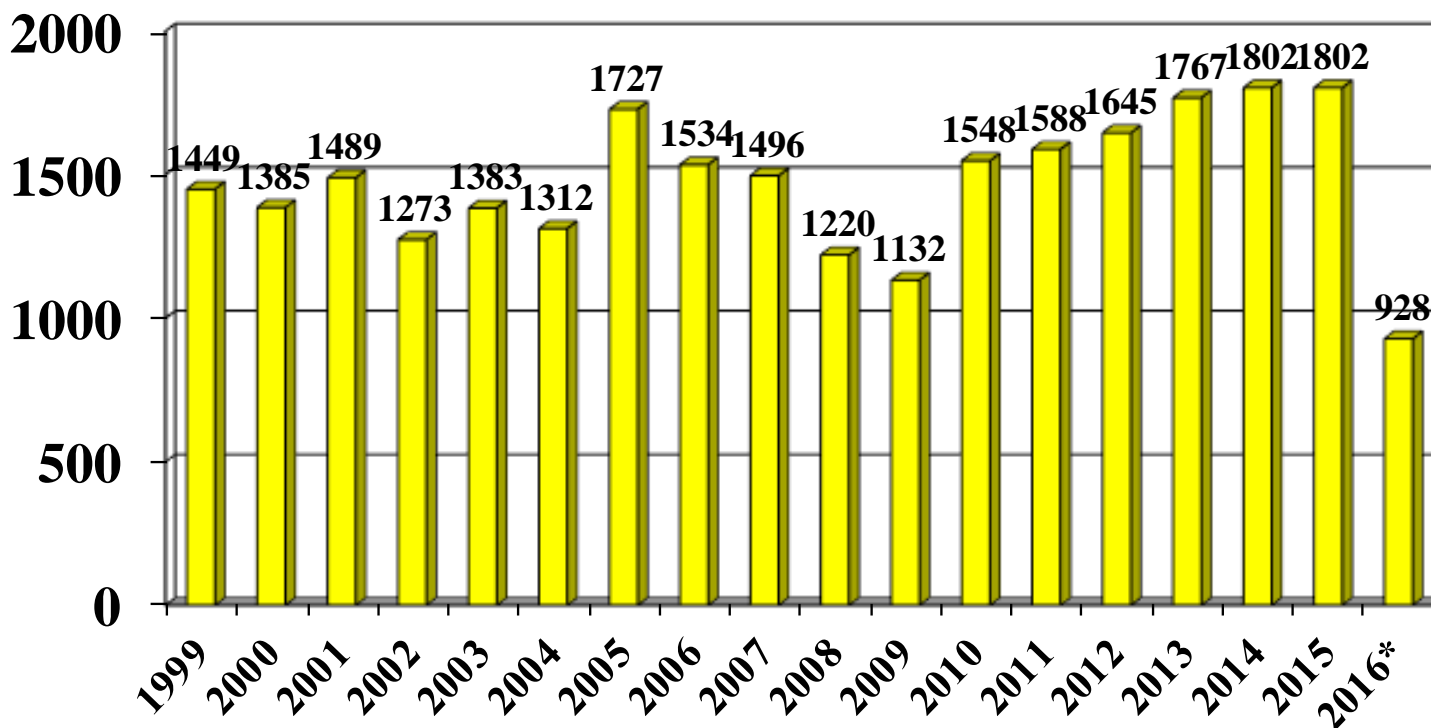


Concessões de Lavra Vigentes 2000 a 2015

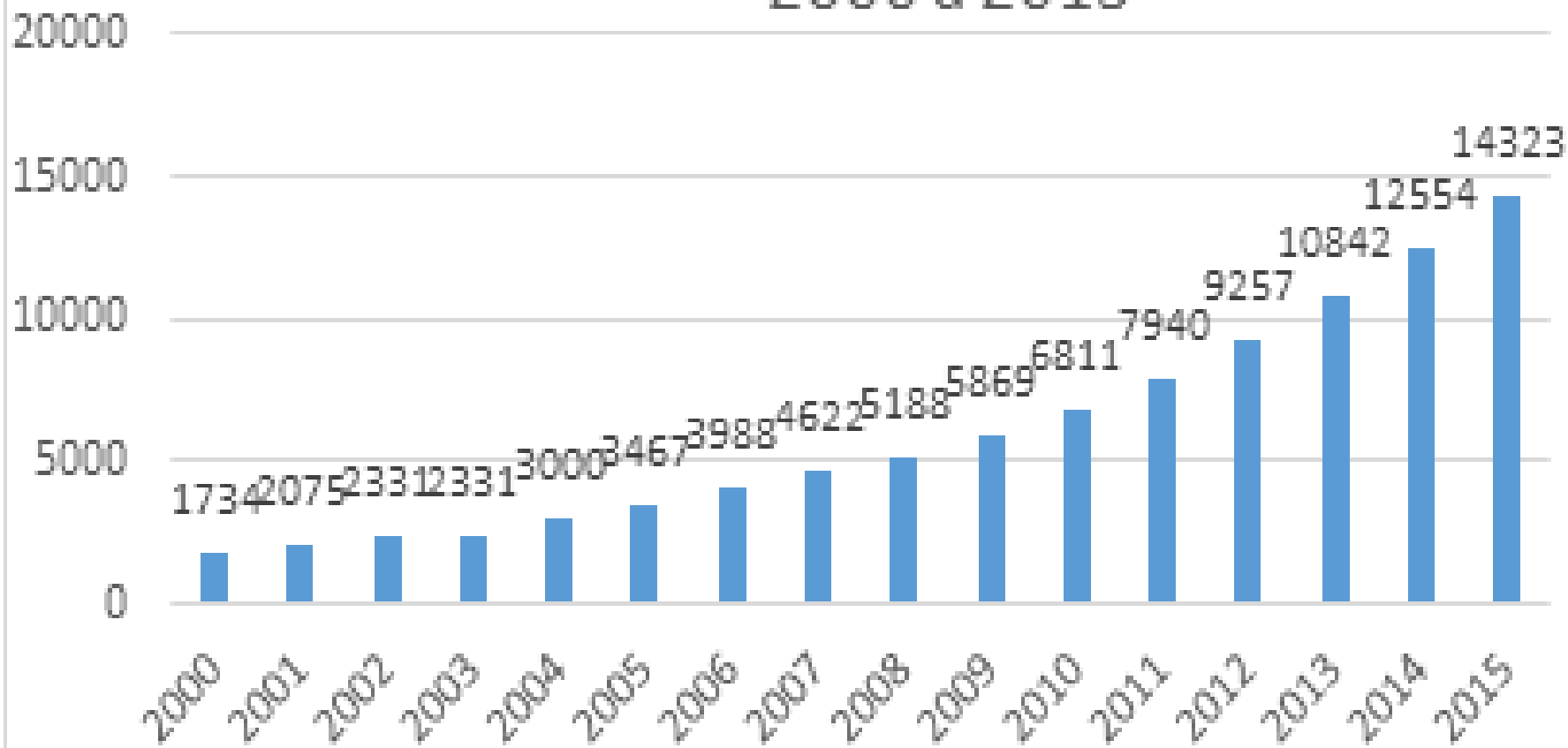


Licenciamentos Outorgados

(*Até 31 de julho)

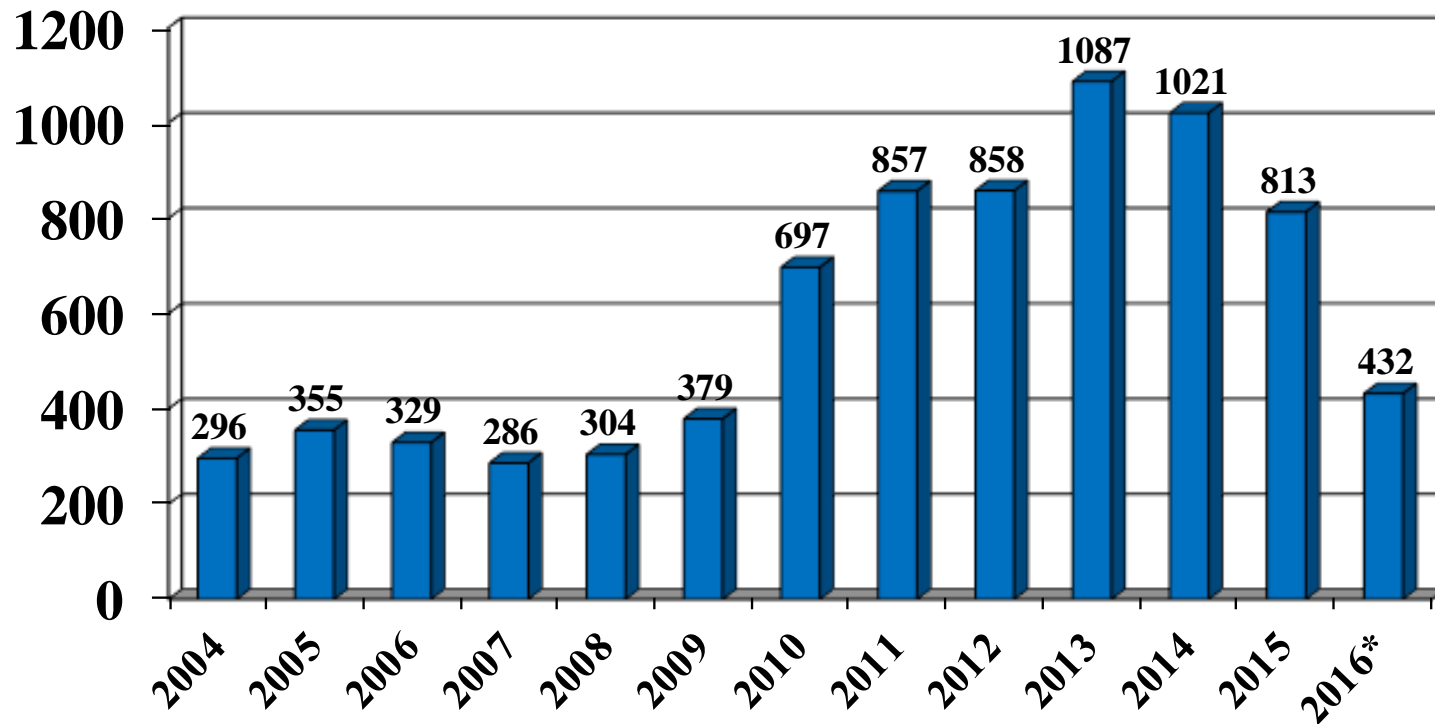


Licenciamentos Vigentes 2000 a 2015



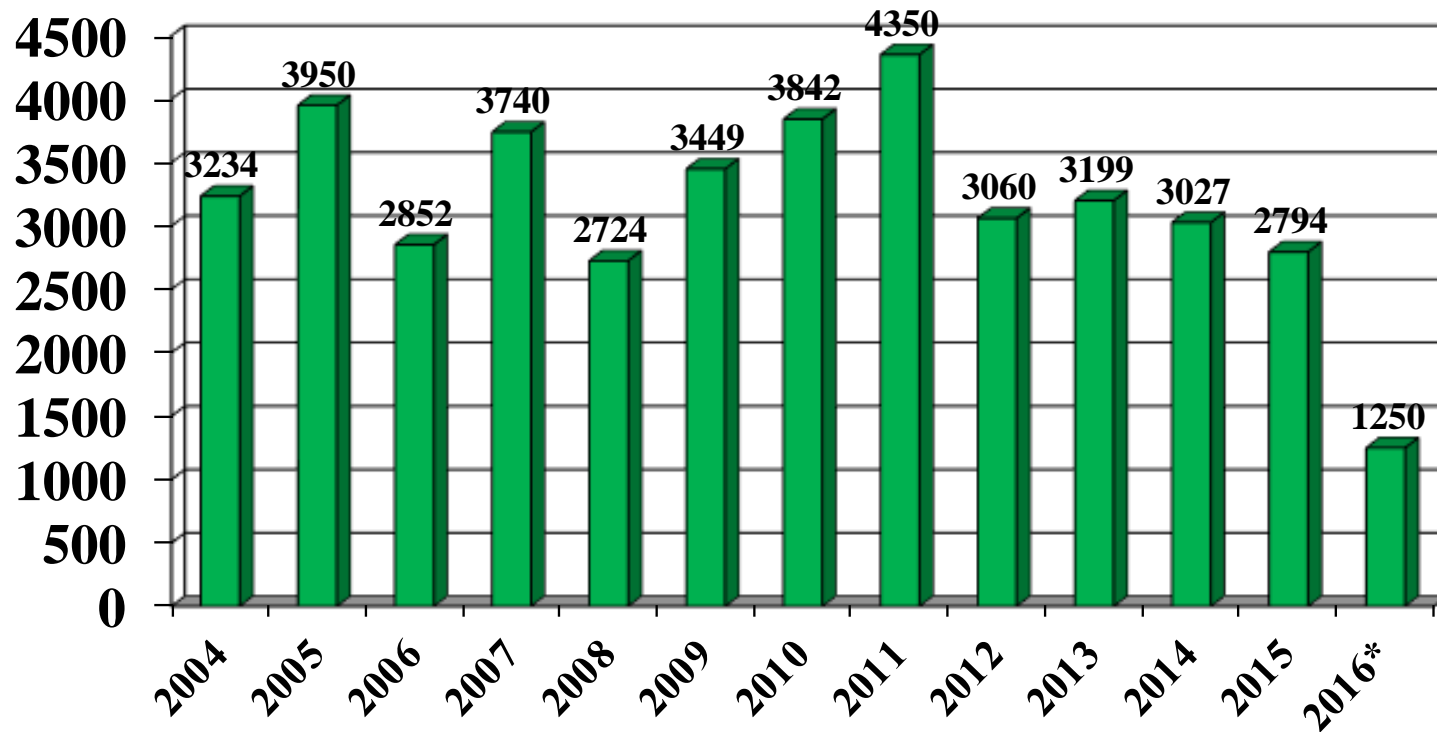
Guias de Utilização Autorizadas

(*Até 31 de julho)



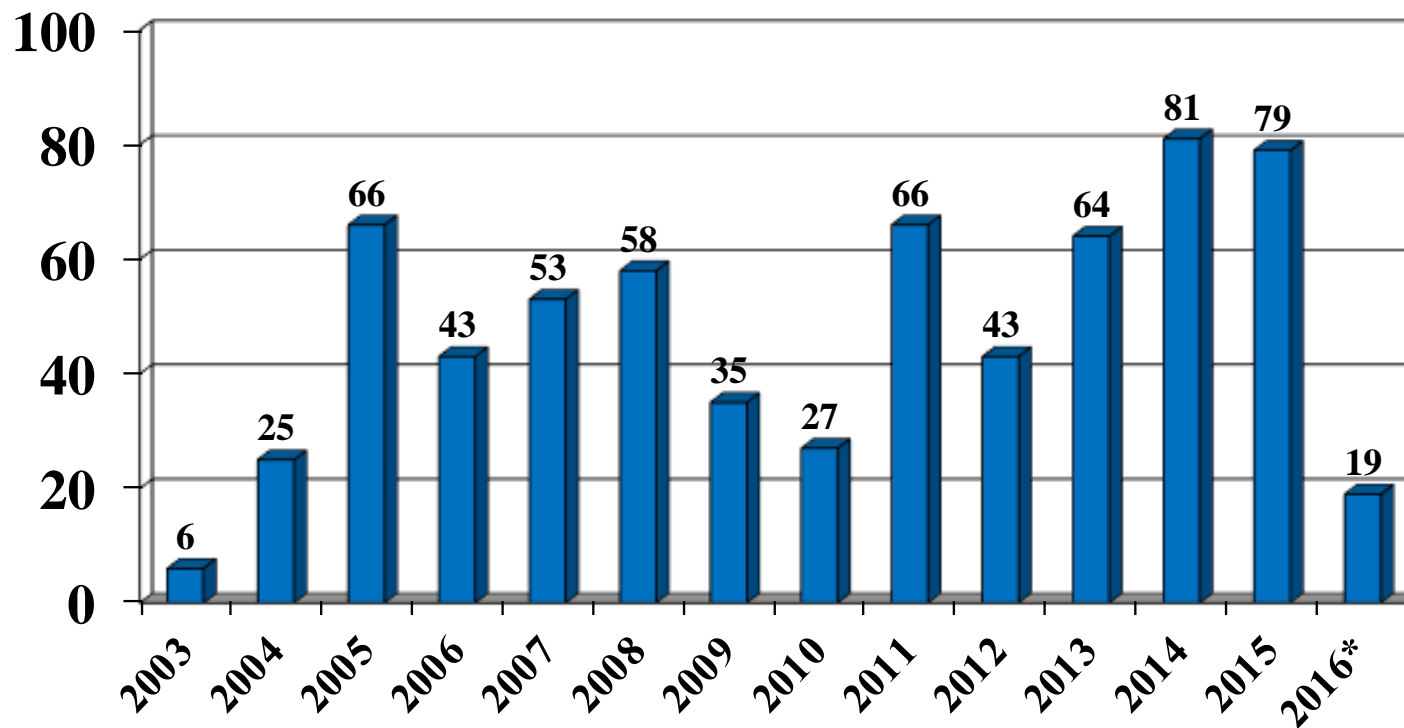
Cessões de Direitos Aprovadas

(*Até 31 de julho)



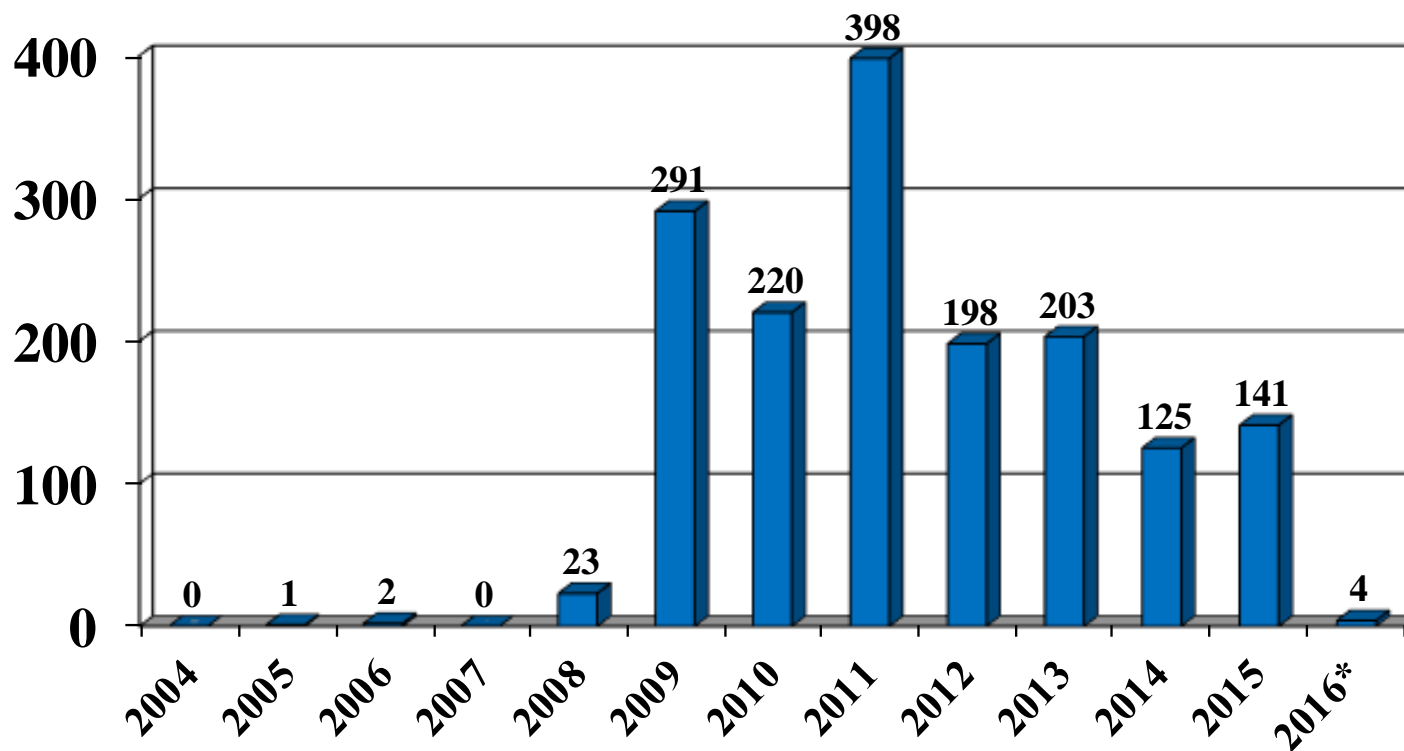
Arrendamentos Efetivados

(*Até 31 de julho)



Incorporações e Fusões

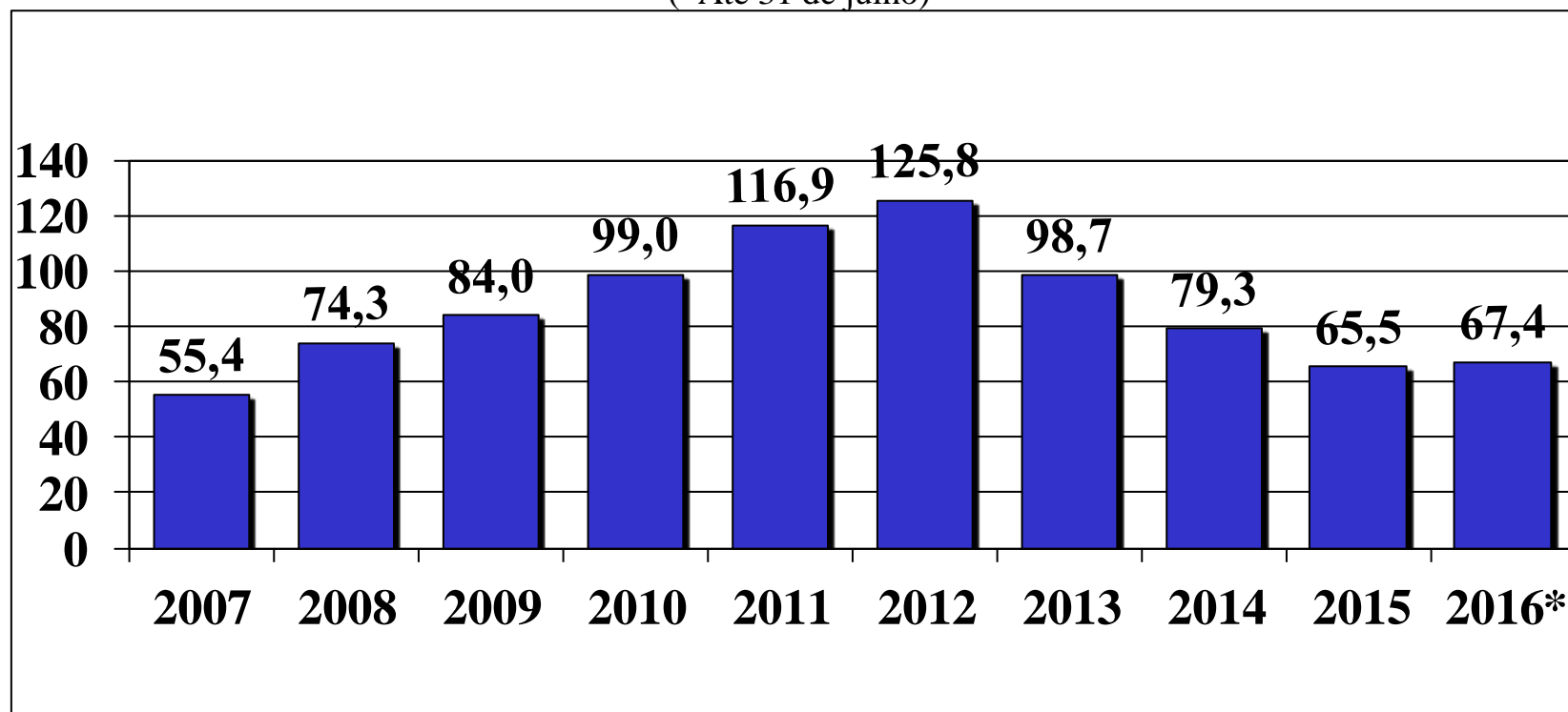
(*Até 31 de julho)



Evolução da Arrecadação da Taxa Anual por Hectare

(Em R\$ Milhões)

(*Até 31 de julho)



Previsão 2016 = R\$ 100.000.000,00

Atingido = R\$ 67,4 milhões (67,4%)

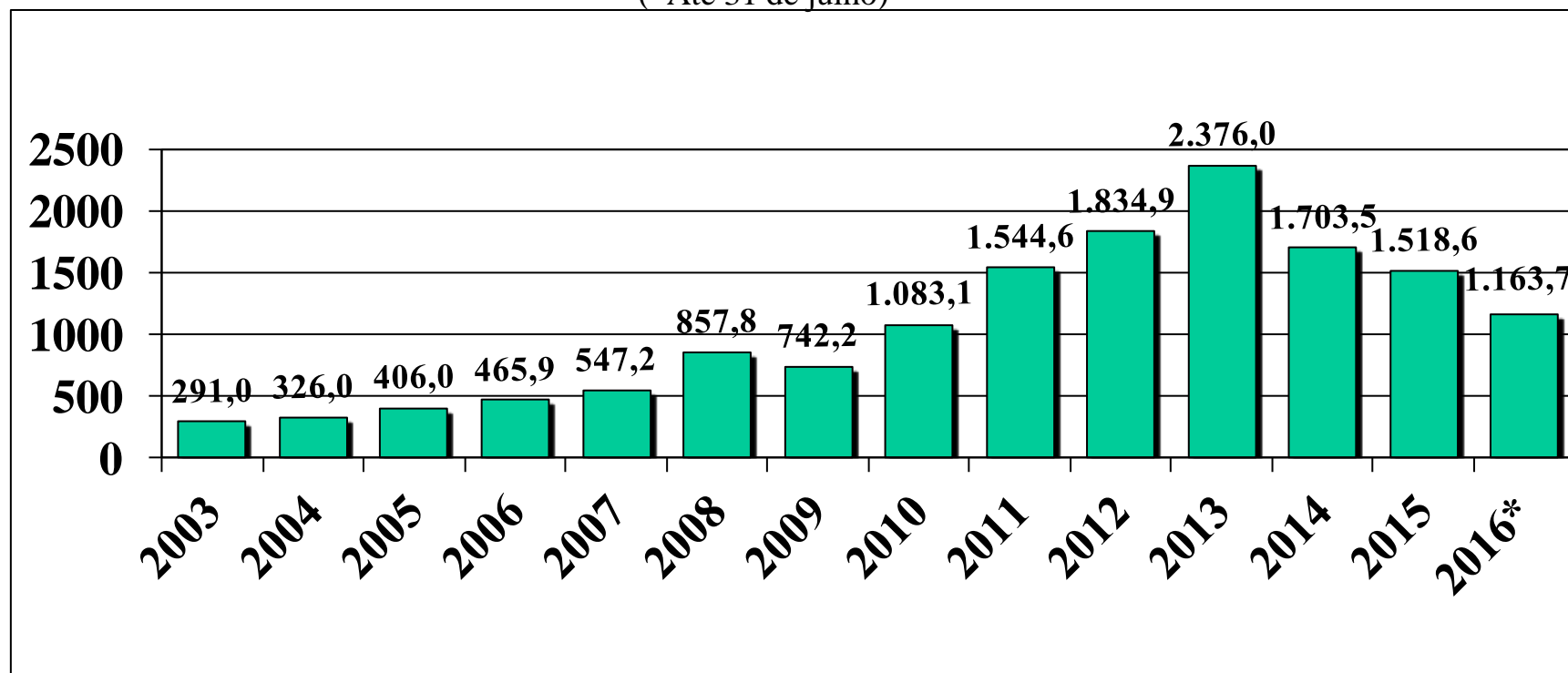
Previsão do 1º Semestre 2016 = R\$ 43.500.000,00

Atingido = R\$ 42,2 milhões (97,1%)

Evolução da Arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM

(Em R\$ Milhões)

(*Até 31 de julho)



Previsão 2016 = R\$ 1.800.000.000,00

Atingido = R\$ 1.163,7 milhões (64,7%)

Previsão do 1º Semestre 2016 = R\$ 783.000.000,00

Atingido = R\$ 1.018,0 milhões (130,0%)

10 Maiores Municípios Arrecadadores SP - CFEM 2016

(até dia 19 de agosto)

Município	Valor (em Reais)
CAJATI	2.974.590,07
SÃO PAULO	1.917.251,60
MOGI DAS CRUZES	1.632.536,37
BARUERI	1.190.159,83
CAMPOS DO JORDÃO	1.160.276,90
SALTO DE PIRAPORA	944.269,69
ANALÂNDIA	910.533,57
RIO CLARO	903.459,31
BAURU	887.174,73
TAUBATÉ	881.789,58
Demais municípios	19.855.986,69

Houve arrecadação da CFEM em 327 municípios – total de R\$ 33,3 milhões

10 Maiores Empresas Arrecadadoras SP - CFEM 2016

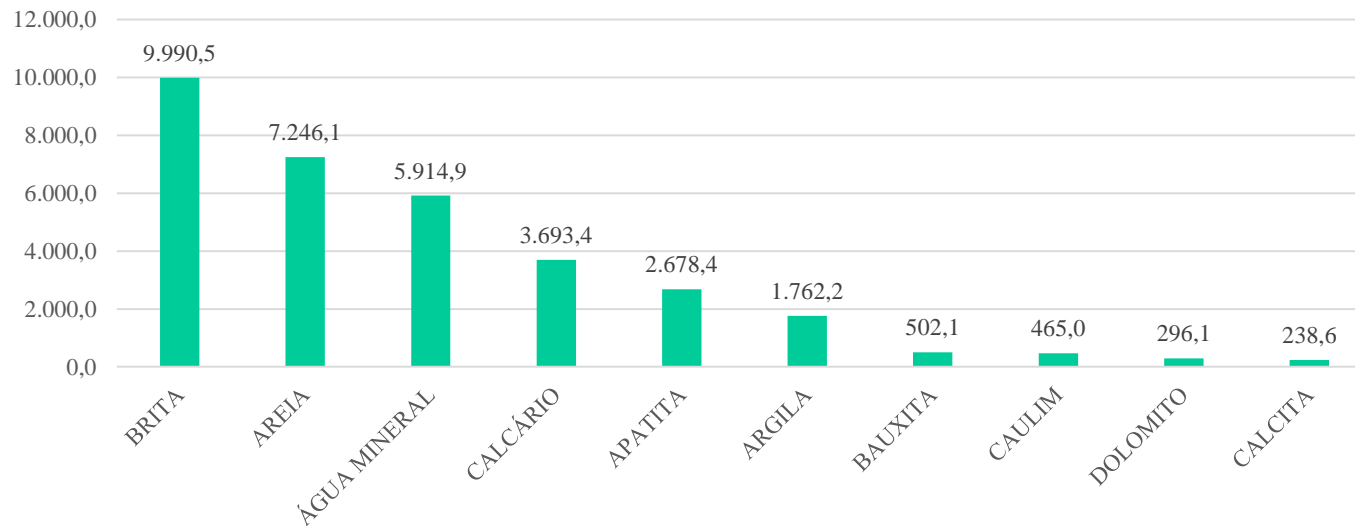
(até dia 19 de agosto)

(Em Reais)

Vale Fertilizantes	2.948.107,19
Votorantim Cimentos S A	2.509.332,51
Mineração Jundu Ltda.	1.626.945,76
MINALBA ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA	1.135.184,53
Embu S.a Engenharia e Comércio	883.020,29
Fountain Água Mineral Ltda	881.131,21
Nestle Waters Brasil Bebidas e Alimentos Ltda	705.608,33
Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia	685.842,32
Itaquareia Ind. Extr. Minérios Ltda	673.392,89
Mineração Joana Leite Ltda	558.362,86

Arrecadação da CFEM por Substâncias SP

2016 - Até 19 de agosto
(Em Milhares de Reais)



Ações: Planejadas e em Execução

Simplificação Certificado do Processo de Kimberley

Entendemos que estamos com muita burocracia e analisando determinados aspectos concernentes a esta questão, devemos proceder mudanças que iremos ganhar 15 dias para emissão do Certificado, são procedimentos que não se justificam porque estão em duplicidade entre a Superintendência e a Sede, é como se fosse uma questão de retrabalho, então vamos proceder estas mudanças para dar mais celeridade ao processo

Conselho de Diretores Gerais

este conselho terá um caráter consultivo, visto que devemos considerar que a experiência daqueles que tiveram a responsabilidade da condução dos destinos do DNPM podem trazer ensinamentos a serem aproveitados. Vamos promover reuniões de debates que venham a contribuir com iniciativas de soluções para problemas detectados na legislação minerária infralegal; diagnosticar a real situação da mineração brasileira frente ao panorama mundial; oferecer sugestões de melhoria quanto a questões administrativas e finalísticas do DNPM;

Conselho de Diretores Gerais

Estudar os pontos comuns e as diferenças entre a legislação atual e os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, oferecendo sugestões, lembrando que todos esses projetos estão em nosso sítio na Internet no canal Legislação ; e, por fim, o Conselho poderá manifestar-se sobre outros temas apresentados pelo seu presidente. Acredito que muitas das sugestões apresentadas e discutidas nesse fórum certamente se transformarão em Portarias ou outro tipo de resolução, como Instrução Normativa ou Orientação Normativa, a depender do seu grau.

Áreas em Disponibilidade

Com o objetivo de dar maior celeridade ao andamento processual, ao mesmo tempo desburocratizando os procedimentos, estamos estudando mudanças na sua regulamentação.

Recursos e Reservas

Estamos retomando esse assunto em articulação com os outros atores envolvidos a exemplo do IBRAM, ADIMB e ABPM.

DNPM sem Papel

Dando andamento ao Programa DNPM Sem Papel, estamos implantando, com muito sucesso, o Processo Eletrônico. Na área administrativa já é fato, estamos com mais de 350 processos administrativos somente em meio eletrônico, somos o único órgão do Ministério de Minas e Energia que está com o processo eletrônico em produção.

Nosso próximo passo é o processo minerário e já estamos bem perto.

Reserva Nacional do Cobre

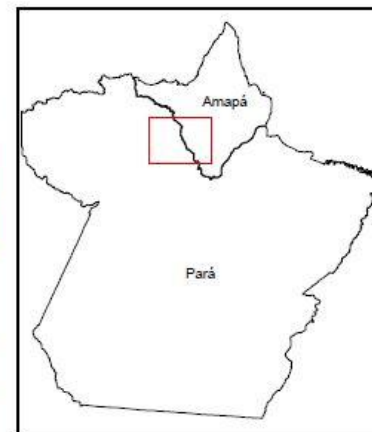
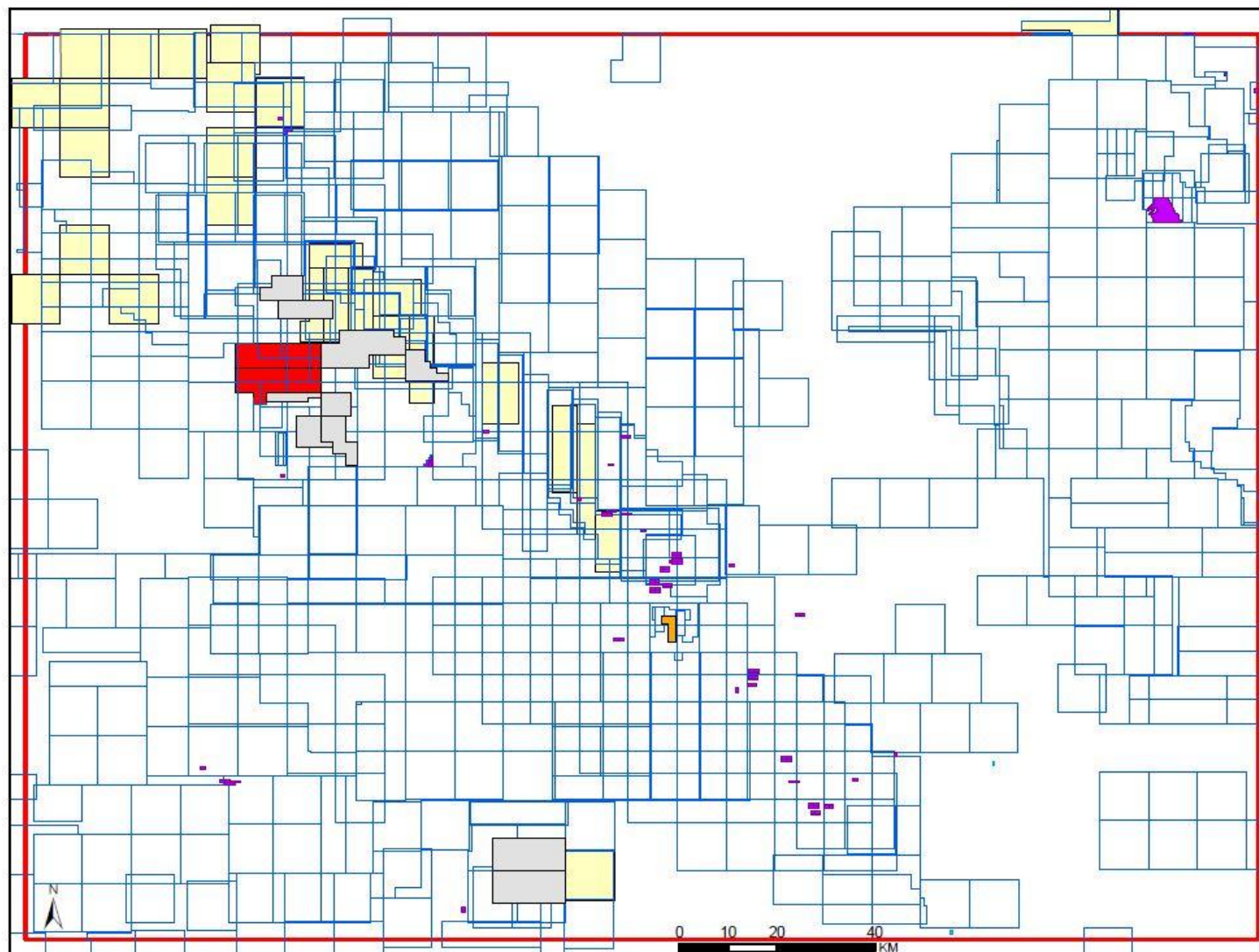
Este assunto terá prioridade na sua apreciação. Estamos discutindo a melhor forma de fazê-lo, em articulação com a CPRM e a SGM. Ainda não posso entrar em detalhes, mas já estamos conversando com bastante objetividade. Ela foi criada por meio de um Decreto do Presidente Figueredo, em 1984. São aproximadamente 4,7 milhões de hectares

RESERVA NACIONAL DO COBRE

LOCALIZAÇÃO

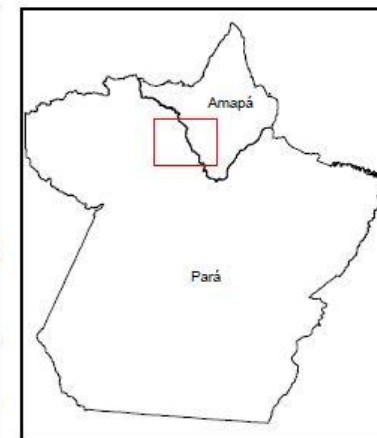
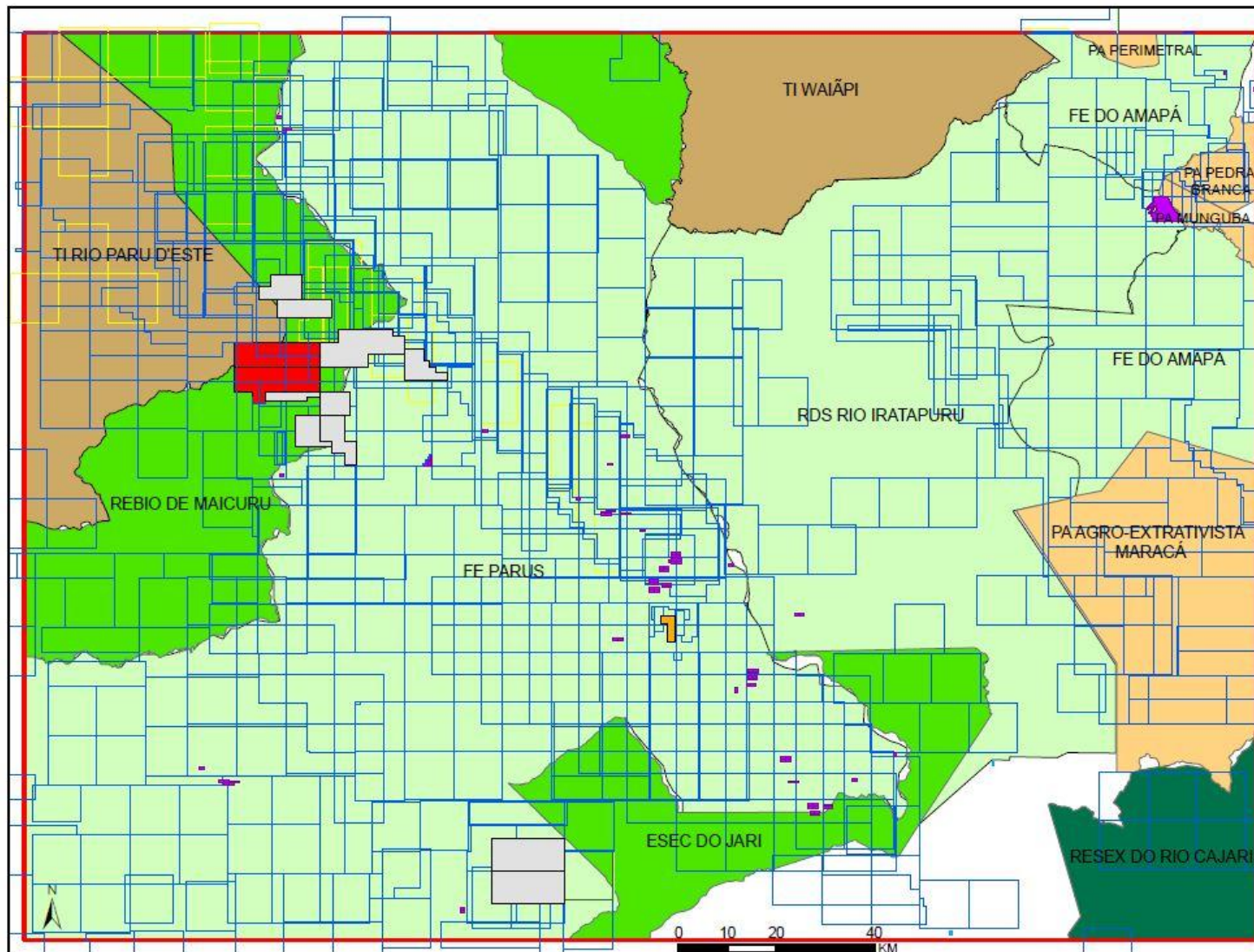


PROCESSOS MINERÁRIOS NA RESERVA NACIONAL DO COBRE - RENCA (Decreto nº 89.404 de 24/02/1984)



Fontes: DNPM - 2016
ICMBio - 2016
FUNAI - 2016
INCRA - 2016
Datum: SIRGAS 2000
CGTIG/CGEO

PROCESSOS MINERÁRIOS NA RESERVA NACIONAL DO COBRE - RENCA (Decreto nº 89.404 de 24/02/1984)



Legenda

- Renca
 - U. Conservação Integral
 - U. Conservação Sustentável
 - Reserva Extrativista
 - Terras Indígenas
 - Assentamentos
- Processos Minerários**
- Fase - Total: 745
- Requerimento de Pesquisa - 601
 - Autorização de Pesquisa - 27
 - Requerimento de Lavra - 1
 - Concessão de Lavra - 2
 - Requerimento de Licenciamento - 3
 - Requerimento de Lavra Garimpeira - 101
 - Disponibilidade - 10

Fontes: DNPM - 2016
ICMBio - 2016
FUNAI - 2016
INCRÁ - 2016
Datum: SIRGAS 2000
CGTIG/CGEO

Mineração em Terras Indígenas

É outro tema de suma importância para o desenvolvimento do País e, principalmente das populações indígenas. Não podemos ser o único País do mundo com restrição absoluta no que concerne a este tipo de mineração. Temos o Projeto de Lei 1.610, de 1996, que já tramitou e foi aprovado no Senado Federal, deu entrada na Câmara dos Deputados há exatos 20 anos e lá se encontra, já foram constituídas 2 Comissões Especiais para tratar da matéria mas nada ficou decidido, volta e meia cria-se uma Comissão Especial, discute-se, discute-se e nunca chega a conclusão alguma. Achamos que devemos dar prioridade a este assunto de extrema relevância.

Publicização de atos somente no Sítio do DNPM na Internet

Com o objetivo de desburocratizar mais e mais os nossos procedimentos. Estamos analisando determinados atos que não consta no Código de Mineração que o mesmo seja publicado no Diário Oficial da União, vamos publicar no sítio eletrônico, pois não tem sentido gastarmos milhares e milhares de reais para publicarmos estes atos no DOU se o Código não estabelece que o seja. Isso vai facilitar a vida do administrado, as contas do DNPM e avançar na desburocratização com um ganho excepcional de tempo na análise processual. Na verdade vamos criar em nosso sítio uma espécie de “Diário Eletrônico” somente para esse tipo de publicação, que não necessita ir ao DOU.

Fiscalização de Barragens de Rejeito

Vamos dar continuidade a esta ação com maior acuidade, com a criação, em nossa Estrutura Regimental, de uma coordenação especializada em Barragens. Em julho, expedi um Memorando suspendendo toda análise de requerimento de Concessão de Lavra cujo projeto de construção da barragem de rejeito fosse pelo método de alteamento a montante. Estamos fechando um Acordo de Cooperação Técnica com a UFOP para fazer um estudo com o objetivo de nos oferecer uma conclusão técnica sobre os métodos construtivos de barragens e o grau de risco que cada um apresenta. Com o relatório que a UFOP nos apresentar, tomaremos uma decisão com respeito à aceitação, ou não, do método construtivo com alteamento a montante. Esse Acordo também prevê a questão da capacitação dos nossos profissionais.

Acordo de Cooperação Técnica DNPM UFMG

Também estamos ultimando um Acordo de Cooperação Técnica com a UFMG cujo objeto é um estudo conclusivo sobre o aproveitamento de rejeitos de mineração.

Acordo de Cooperação Técnica DNPM/CPRM/SGM

Este acordo tem vários objetos, mas um dos mais importantes é a questão e recursos humanos, temos um quantitativo minúsculo de servidores, ao todo 930, para trabalhar um volume de 190 mil processos. Nesse Acordo, a CPRM nos emprestaria quadros técnicos para nos auxiliar em nossa missão institucional.

Comissão Permanente de Crenologia

Reativar a Comissão Permanente de Crenologia com o objetivo de discutir os temas concernentes à água mineral, potável de mesa e termal, encontrando soluções, tendo em vista a sua importância para o setor mineral brasileiro. A última reunião da Comissão foi em 28 de agosto de 2015, precisamos fazer pelo menos 3 ou 4 reuniões por ano. Não podemos deixar acumular os vários temas que precisam de resoluções.

Contratação de Servidores Temporários

Já solicitamos contratação desses servidores (por 3 anos), o assunto está sendo analisado no MME

Concurso Público

Já solicitamos ao MME a abertura de Concurso Público para
1.153. O Assunto está no MME

Muito obrigado

dire@dnpm.gov.br